**A ESCOLA E O EMPODERAMENTO DA MULHER ENCARCERADA**

**Luziêt Maria Fontenele-Gomes** (UESB)

luzietfontenele@gmail.com

**João Diógenes Ferreira dos Santos** (UEFS)

jdiogenes69@gmail.com

**RESUMO:**

O presente estudo tem como objetivo geral investigar o papel social da escola sob a ótica das mulheres encarceradas e objetivos específicos verificar como as mulheres encarceradas se apropriam da condição de ser mulher no espaço prisional e identificar as ações escolares que incidem no processo de autoconhecimento, autoestima e autonomia das mulheres encarceradas. A metodologia é de abordagem qualitativa, com viés bibliográfico, os sujeitos da pesquisa são mulheres matriculadas na escola da rede pública que funciona dentro do estabelecimento penal, que estão, no mínimo, 3 anos em situação de encarceramento e terem aceitado participar livremente da pesquisa. O instrumento da recolha de dados se constituiu por entrevistas temáticas semiestruturadas, que tratou sobre a escola e o empoderamento dessas mulheres. Os dados foram submetidos à Análise do Discurso da escola francesa. Os resultados apontam que a escola mais humanizada possibilita favoravelmente ao autoconhecimento e empoderamento das mulheres encarceradas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres. Prisão. Empoderamento. Escola.

**1 INTRODUÇÃO**

A vulnerabilidade das mulheres corresponde a um dos fatores que concorre para o aumento considerável da população feminina presa. Cenário que é denunciado pelas histórias de vida, identificadas em dados e informações, no Boletim Segurança e Cidadania (SOARES, 2002), revela que mais de 95% das mulheres encarceradas foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual sofrida na infância e/ou adolescência por parte de seus responsáveis e, mais tarde, na vida adulta por parte de seus namorados/ex-maridos/parceiros.

As mulheres que adentram ao mundo do crime, apesar de parecerem ter rompido com o “normativo de gênero atribuído à sua identidade mulher” (PRIORI, 2011, p. 195), continuam sendo vítimas da violência. E, na prisão, sofrem uma violência de uma forma ainda mais ampla, tais como da violência exercida pela sociedade patriarcal sobre os seus direitos; da violência que praticaram e que estão sendo punidas; da violência exercida pela hostilidade do espaço prisional; da violência no trato das relações interpessoais dentro do cárcere; da violência de uma visão estigmatizada imposta pela sociedade; da violência subjetiva que não enxerga a grande parte das mulheres presas ser constituída por pessoas jovens, negras, pobres e de pouca escolaridade, sem profissão definida, além do exercício de outras tantas violências diretas e indiretas.

A escola enquanto espaço de convivência, de interação humana e de aprendizagem poderia ser mais um caminho para que os sujeitos refizessem e (re)construíssem sua realidade, “evidenciando outras possibilidades de marcar suas presenças no e com o mundo” (ONOFRE, 2012, p.281). No entanto, os bancos escolares, ao se pautarem numa pedagogia prescritiva, centram-se na dimensão cognitiva como se fosse possível desenvolvê-la apenas por meio da técnica e do conteúdo, totalmente dissociado da emoção e das atitudes, sendo este mais um fator que corrobora para que muitos jovens abandonem a escola, após experiências de sucessivas repetências. Com isso, cresce o número de pessoas, sobretudo, mulheres que são “identificadas como transgressoras, classificadas como periculosas e apartadas pela lei do convívio social, para ressocialização nos espaços carcerários” (CÂMARA, 2010, p.91).

O objetivo geral deste estudo é investigar o papel social da escola sob a ótica das mulheres encarceradas e os objetivos específicos são: verificar como as mulheres encarceradas se apropriam da condição de ser mulher no espaço prisional e identificar as ações escolares que incidem no processo de autoconhecimento, autoestima e autonomia das mulheres encarceradas.

A metodologia é de abordagem qualitativa, com viés bibliográfico, na definição do contexto da pesquisa, presídio e sujeitos, os critérios da pesquisa foram: o local da pesquisa – conjunto penal situado no sudoeste baiano, por ser já um local onde abriga um estudo em nível de doutoramento da pesquisadora e do orientador sobre o encarceramento de mulheres. Os sujeitos da pesquisa são mulheres matriculadas na escola da rede pública que funciona dentro do estabelecimento penal, que estavam, no mínimo, 3 anos em situação de encarceramento e terem aceitado participar livremente da pesquisa. Foram selecionadas 5 mulheres com mais tempo de cárcere, a identidade foi preservada, nomeando-as com nomes fictícios de personagens da literatura brasileira. O instrumento da recolha de dados se constituiu em entrevistas temáticas semiestruturadas, que tratou sobre a escola e o empoderamento dessas mulheres. Os dados foram submetidos à Análise do Discurso da escola francesa, na perspectiva de Pêcheux (1997), que analisa as noções de imaginário, real e simbólico em relação à ideologia e à determinação histórica.

 Os estudos sobre o encarceramento das mulheres e o papel da escola na vida delas com enfoque no empoderamento feminino possibilita vislumbrar o espaço escolar e seus atores alavancando processos de aprendizagem, de autoconhecimento e de autoestima que envolvem não somente fatores cognitivos, mas também psicossociais, éticos e espirituais.

**2 O MUNDO INVISÍVEL DA PRISÃO**

A prisão é um espaço que foi concebido basicamente para homens, no entanto, conforme informa o Relatório do *World Female Imprisonment List*, do Institute for Criminal Policy Research da Birkbeck, University of London, o Brasil, em 2014, possuía a quinta maior população de mulheres encarceradas do mundo, com 37.380 mulheres custodiadas, ficando atrás dos Estados Unidos, com 205.400; da China, com 103.766; da Rússia, com 53.304 e Tailândia, com 44.751 mulheres presas (WALMSLEY, 2014). Nas últimas décadas, de 2000 a 2012, o crescimento da população carcerária feminina brasileira foi de 567,4%, conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) (BRASIL, 2014).

No estado da Bahia, no período de 2007 a 2014, o aumento foi de 94%, passando de 302 para 587 mulheres custodiadas. O perfil dessas mulheres encarceradas é pessoas jovens com faixa etária entre 18 a 34 anos, 86% de etnia negra, oriundas de classe de baixa renda, muitas vezes com filhos pequenos. Na maioria drogaditas, com incursão no tráfico de drogas realizando serviços de transporte ou pequeno comércio, como atividade econômica para sustento de si mesma, dos familiares ou dos filhos (BAHIA, 2015). Também, são semiescolarizadas, o grau de escolaridade correspondente a 5% analfabetas; 6% alfabetizadas sem cursos regulares; 34% com ensino fundamental incompleto; 28% com ensino fundamental completo; 14% com ensino médio incompleto; 9% com ensino médio completo e, apenas, 1% com ensino superior incompleto. “Em relação à raça, cor ou etnia, destaca-se a proporção de mulheres negras presas (67%) – duas em cada três presas são negras” (BRASIL, 2014, p. 24).

Em geral, as pessoas privadas de liberdade estão em unidades superlotadas, sem escolas e/ou atividades laborais, contrapondo o que determina a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). O “viver” na prisão só acentua a situação de exclusão dessas pessoas, uma vez que nesse lugar pouco é oferecido para oportunizar uma mudança de vida. No espaço penal acenam para a constatação de violações contra os seus mais diversos direitos, principalmente no acesso à educação e à saúde, embora a educação seja um direito de todos e um dever do estado garantir sua oferta às pessoas privadas de liberdade. Fato que indica o desrespeito, não apenas às recomendações, aos tratados e às convenções internacionais pertinentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 10 de dezembro de 1948 (ONU, 1948), mas também, na Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (BRASIL, 1984) e na Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988). Documentos que preconizam o direito humano à saúde e à educação, visto que as pessoas privadas de liberdade perdem somente o seu direito de ir e vir, mas não esses direitos inalienáveis.

A prisão é um mundo complexo, constitui-se de uma sociedade dentro de outra sociedade com horários rígidos, vigilância e códigos. A vida prisional é física e, também, é psicologicamente confinada, visto que o indivíduo está sujeito constantemente a uma revista dos parceiros de cárcere quanto à vigilância e, também, inspeção dos administradores do presídio. Câmara (2001, p. 193) assevera que “o presente do prisioneiro é a vida na prisão. Estar prisioneiro confinado, é estar em constante visibilidade, sob o olho da vigilância e do poder de controle. Sentir-se observado, medido, avaliado e não poder se ocultar parece insuportável”.

Nesse cenário inóspito da prisão, a violência contra mulheres, que já se apresenta enraizada e naturalizada na sociedade, torna-se cada vez mais complexa ao englobar a pobreza, o desemprego, a precarização do trabalho, a ausência de direitos básicos de saúde, educação, abandono, discriminação dentre outros fatores que concorrem para o aumento de sua vulnerabilidade.

Muitas das mulheres, ao serem presas se encontram grávidas, e por virem de um contexto de saúde já sem os devidos cuidados médicos, no cárcere, essas dificuldades são dimensionadas. A ausência de acesso ao pré-natal, aliada à má qualidade da alimentação e da água, além de todas as condições nefastas de confinamento, expõe a mãe e o bebê às doenças infecciosas, bem como a depressões pós-parto. Além disso, quase sempre estão envolvidas por situações complexas como o abandono ou o esquecimento dos próprios familiares, amigos e parceiros, ou mesmo, o do nascimento de filhos no período do cárcere e a convivência com eles nesse ambiente.

As estatísticas apresentadas pelo INFOPEN (BRASIL, 2014) apontam que a mulher, ao ser presa, sofre muito com a prisão não somente pelo ambiente masculinizado, mas também por sua invisibilização, caracterizada pela “subjetividade feminina e, ao mesmo tempo, enfocadas sob prismas que hiper-sexualizam as relações estabelecidas e as intervenções do poder formal” (CHIENS, 2008, p.12).

Os dados sobre a criminalidade no mundo apontam para uma participação cada vez maior de mulheres jovens, os estudos acerca desse fenômeno começam a adentrar no espaço acadêmico. Possivelmente, porque a juventude ainda é percebida como uma “condição de transitoriedade”, um “vir a ser”, ou seja, aquilo que ainda não aconteceu (DAYRELL, 2003). As expressões culturais e a trajetória dos jovens oriundos grande parte das camadas populares, geralmente, tendem ser desvalorizadas, e isso “tem sido um traço estruturante de nosso sistema político, social, cultural e até de educação básica e superior que os classificam como subcidadãos” (ARROYO, 2014, p. 194), o que interfere sobremaneira na autoestima, principalmente, quando estes sujeitos são mulheres, quase meninas ainda, pobres, negras e analfabetas.

**3. ESCOLA NO CÁRCERE**

A trajetória de violência contra a mulher aponta para um ciclo tortuoso que se inicia na infância à vida adulta, passa pelas casas de detenção e, provavelmente, é prolongada na vida das egressas. No cárcere, as mulheres continuam sofrendo a invisibilidade de suas necessidades diferenciadas, que variam conforme a situação e a faixa etária em que se encontram: grávidas, lactantes com bebê ou não, idosas; deficientes, transexuais, com transtornos mentais, com HIV ou doenças sexualmente transmissíveis (DST) entre outros. Nesse contexto de privações, Cunha (2007, p. 36) atribui à “falta de direitos econômicos, sociais, políticos e culturais, de fato, transforma as mulheres em seres de segunda categoria, dependentes e vulneráveis frente aos homens”. Fato que corrobora ao número expressivo de mulheres com restrição e privação de liberdade.

Nesta pesquisa, entrevistamos 5 mulheres encarceradas, estudantes na escola situada dentro do conjunto penal, que cumprem pena de 5 a 11 anos. No Quadro 1, apresentamos um breve perfil dessas mulheres.

Quadro 1: Perfil das mulheres encarceradas participantes da pesquisa

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Nomes (fictícios) | Idade | Nº de Filhos | Tempo de cárcere |
| Aurélia | 36 anos | 5 filhos vivos, 2 mortos, 2 abortos | Primeira vez 4 anos; reincidência, 10 anos |
| Capitu | 35 anos | 2 filhos vivos, 1 filho morto, 5 abortos | 11 anos |
| Diadorim | 29 anos | Sem filhos, 3 abortos | 4 anos |
| Helena | 24 anos | 4 filhos vivos, 1 aborto | 4 anos |
| Monalisa | 27 anos | 4 filhos | 5 anos |

Fonte: A autora e o autor.

Perguntamos a essas mulheres o que significava para elas a escola dentro do espaço prisional, as respostas foram:

*A escola aqui é como um descanso da cabeça. Aqui [na prisão] a gente pensa muito o tempo todo, não tem nada pra fazer, isso me deixa doida. A escola ocupa o tempo, a gente aprende alguma coisa. [...]. Aqui a gente conversa, as professoras explicam direitinho, a gente faz dinâmica na sala, eu gosto. Eu me sinto livre. (Aurélia)*

*A escola me deu uma ideia de respeito por mim mesma, antes de chegar aqui, eu vivia de prostituição mesmo, eu usava drogas, eu pintava e rolava (risos). Aqui mesmo sendo um lugar de cama ruim, comida ruim e outras ‘cositas’ mais (risos), a escola me deu alguma coisa dentro de mim. Foi como se dissesse: Para [Capitu], olha a sua vida! (Capitu)*

*Eu acho que existia uma pessoa dentro de mim antes da escola e agora na escola. Não é só porque a gente desconta os anos não. É porque aqui a gente aprende conversa com as colegas, com as professoras, vai mudando alguma coisa dentro da gente. Eu acho que se eu tivesse numa escola igual a essa lá fora, eu não teria caído na lábia de tanta gente. Mas isso não quero falar. Eu digo que eu amo a escola. (Monalisa)*

Essas mulheres, identificadas por Aurélia, Capitu e Monalisa, falam sobre as dificuldades e os sofrimentos que tiveram antes da prisão, bem como das que têm na prisão, como a ociosidade e as condições físicas precárias, mas apresentam a escola como um espaço de reflexão e liberdade. Isso assinala que o espaço escolar não se constitui apenas como um local que vislumbra uma aprendizagem para além dos muros, que pode reverberar em uma oportunidade, no futuro, com mais qualificação para um emprego. A escola aqui também é um local em que vai muito além disso, é um lugar para pensar, refletir, tomar decisões sobre si mesma.

Nesse sentido, Muñoz (2011, p. 58) afirma que “a educação é bem mais que um instrumento de mudança: é um imperativo em si”. A educação supera os desafios paulatinamente, mesmo o autor reconhecendo a existência de outros fatores como ambientais, sociais, institucionais e individuais que as pessoas encarceradas possam enfrentar, no entanto, Muñoz considera que esses desafios são recuperáveis.

Em outro relato, ainda sobre o significado da escola, Diadorim fala da sua orientação afetivo-sexual e das dificuldades e sofrimentos advindos na escola fora dos muros.

*A escola aqui é pra mim um lugar especial. [...]. Eu mesma por ser uma pessoa diferente, mulher que gosta de mulher, já fui muito julgada, judiada, ninguém perdoa. Todo mundo critica, se afasta, ninguém não quer nem saber de você. Lá fora, eu me sentia assim excluída do mundo, sai da escola, porque os professores pareciam ter nojo de mim. Não podia ir ao banheiro porque era de menina e eu parecia menino. Não podia ir no de homem, porque os meninos diziam que iam me pegar. Larguei tudo, não dá pra mim não. (...) Aqui, o pessoal respeita, tem muita gente no mesmo barco e a gente procura se ajudar, mas também não é esse mar de rosas* (risos). *(Diadorim)*

Esse conflito sobre qual banheiro, masculino ou feminino, que pode ser utilizado por um(a) aluno(a) com orientação afetivo-sexual diferente da heterossexual, ainda é um tabu nas escolas e motivo de sofrimento psicológico e, às vezes até físico, por muitos(as) aluno(as). A sexualidade é um tema que precisa ser discutido, analisado em todos os espaços sociais.

 Indagamos, também, sobre qual a mudança que escola trouxe para a vida pessoal das entrevistadas, as respostas foram as seguintes:

*A escola mudou a minha vida sim, eu sou soropositiva, não dizia isso para ninguém, tinha vergonha, mas as aulas das professoras foram mostrando pra gente que não somos diferentes, precisamos só de cuidados. Essa fala me trouxe um alívio, tipo ‘agora eu sou assim, as pessoas têm que me respeitar’. Até aqui dentro mesmo, eu falo isso. Eu acho que a escola, as professoras, os livros que elas trazem, pode ser uma coisa pequena pra muita gente lá fora, mas eu digo que pra mim é muito grande mesmo. Essa atenção naquele horário, olhar na cara da gente, falar o nosso nome, falar com voz baixa, educada, explicando as coisas, às vezes, até 3 vezes (risos), isso é bom demais. Lá fora, mesmo na escola, não era assim. Eu mesma tinha um apelido dado pela professora de “Peste”. (Monalisa)*

*A escola me fez parar, as explicações das professoras, o respeito delas quando falam com a gente, me fez pensar que eu também sou gente. Parece loucura não ser gente (risos), mas é o que eu pensava. A gente vai... vai... e não pensa. Agora, eu acho que estou começando a pensar sobre mim mesma. Eu acho que eu ainda tenho esperança de mudar de vida, de cidade, de estado, pegar meus filhos e começar tudo do início, mas diferente. A escola é isso, viu? (Capitu)*

As internas Monalisa e Capitu falam sobre o respeito e a dignidade que a escola trouxe para elas, através das atitudes de acolhimento e do tratamento dado pelas professoras. Essa maneira de lidar com os alunos inspira as alunas privadas de liberdade a vontade de também serem professoras, conforme podemos observar os relatos de Diadorim e Helena a seguir:

*Cara [...] Que pergunta hein?! Acho a escola me fez acreditar mais em mim, me fez ver outros lados. Quem sabe eu também não seja uma professora no futuro? Tudo é possível, não é? Por incrível que pareça, eu aqui nesse lugar, presa, sozinha, sem família, eu ainda sonho. Acho que a escola me deu isso: achar que eu ainda posso ser alguém na vida. (Diadorim)*

*A escola me deu garra de estudar mais, quando eu sair daqui eu vou continuar estudando. Quero ser uma Pastora da Igreja de Deus. [...]. Quando eu sair daqui, eu vou fazer faculdade de Direito e vou ajudar muitas mulheres que ainda estão perdidas na prisão. Porque a prisão não endireita ninguém não, o corpo está aqui, mas a cabeça ainda está lá fora, entende, né? É preciso um trabalho muito grande para limpar essas ideias. Eu posso dizer sim que a escola me deu um autoconhecimento e empoderamento para sonhar e realizar meus objetivos. (Helena)*

O empoderamento de que essas mulheres falam, também pode ser observado na fala de Aurélia em um episódio relatado por ela.

*A escola trouxe estudo, dinâmicas. Acho que eu aprendi muita coisa que não sabia ou que não tinha parado pra prestar atenção. Uma professora tá ensinando a gente a fazer meditação. Isso aí parece que está me acalmando por dentro, ela manda sempre a gente respirar fundo e soltar o ar devagarzinho. Outro dia, uma colega daqui estava muito mal, muito nervosa, chorando e me chamaram pra eu fazer isso com ela e deu certo. Eu me senti importante, empoderada também, parecia que eu que era a professora (risos). Aurélia*

Uma ação aprendida na escola que pode ser repassada para outras mulheres, com o intuito de trazer o bem estar, a paz. Assim, podemos inferir que a educação no espaço prisional não deve e não pode ser um instrumento para “docilizar corpos” (FOUCAULT, 2009). É necessário que haja políticas factíveis de investimentos na formação dos professores, a fim de que estes possam realizar um trabalho em favor do desenvolvimento de competências socioafetivas, bem como de atitudes e valores. Requisitos necessários para o empoderamento das mulheres encarceradas mediante a ressignificação de suas histórias de vida.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos relatos sobre o papel da escola na vida das mulheres encarceradas, participantes desta pesquisa, constatamos que as condutas mais humanizadas no âmbito da educação no espaço prisional, em geral, possibilitam as mulheres não somente a formação cognitiva, mas também valores voltados à dignidade e à ética, bem como fomenta o empoderamento feminino.

Portanto, é imperioso que a escola no espaço prisional assuma uma postura dialógica com todos os integrantes do sistema penal onde está inserida, a fim de que se estabeleça um processo consciente de aprendizagem, que não seja restrito à escolarização, mas sim em articulação com as políticas de inclusão dessas mulheres na sociedade e no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. (org.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p. 157-205.

BAHIA. Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização. Centro de Documentos e Informações – CEDOC. **População Carcerária do Estado da Bahia (por regimes), de 13 de outubro de 2015.** Salvador, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – INFOPEN. Mulheres, junho de 2014. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, **5 de outubro de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal.Brasília, DF, 1984.

CÂMARA, H. F. Força, poder e violências em discursos prisionais. NOVAES, C. C.; SOUZA, L. S. de; SEIDEL, R. H. **Figuras da violência moderna**: confluências Brasil/Canadá. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

CÂMARA, H. F. **Além dos muros e das grades** (discursos prisionais). São Paulo: EDUC, 2001.

CHIES, L. A. B. **A prisão dentro da prisão**: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5.ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul (sínteses). 2008. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\_Virtual\_26\_RBA/grupos\_de\_trabalho/trabalhos/GT%2012/Microsoft%20Word%20-%20Artigo%20-%20A%20Pris%C3%A3o%20dentro%20da%20Pris%C3% A3o%20-%20s%C3%ADntese%2026%20RBA.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2012/Microsoft%20Word%20-%20Artigo%20-%20A%20Pris%C3%A3o%20dentro%20da%20Pris%EF%BF%BD%25%20A3o%20-%20s%C3%ADntese%2026%20RBA.pdf). Acesso em: 5 nov. 2020.

CUNHA, T. A. **O preço do silêncio**: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./out./nov./dez. 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MUÑOZ, V.. O direito à educação das pessoas privadas de liberdade. **Em Aberto**, Brasília, v.24, n.86, p.57-77, nov. 2011

ONOFRE, E. C. Educação escolar na prisão: controvérsias e caminhos de enfrentamento e superação da cilada. In: LOURENÇO, A. da S.; ONOFRE, E. C. **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EduFSCAR, 2012.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948**. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

PRIORI, C. A construção social da identidade de gênero e as mulheres. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 3, n. 4, jan./jul. 2011.

SOARES, B. M. Retrato das mulheres presas no Estado do Rio de Janeiro – 1999/2000.  **Boletim Segurança e Cidadania**, Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC, ano 1, n. 1, jul. 2002.

WALMSLEY, R. **World Female Imprisonment List**. Women and girls in penal institutions, including pre-trial detainees/remand prisoners. Third edition. International Centre for Prison Studies (ICPS). Institute for Criminal Policy Research at Birkbeck: University of London, 2014. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_third_edition_0.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.